

JULHO|2017 . ANO 25 . Nº 259

INFORM

www.aiba.org.br
aiba

ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES E IRRIGANTES DA BAHIA

Mala Direta Postal

Básica

9912307471/2014-DR/BA

AIBA

...CORREIOS...

Agricultores baianos unem força para combater a Ferrugem Asiática

Mesmo sob controle, há registros de novos casos da doença em lavouras de soja no oeste da Bahia



04 RESPONSABILIDADE SOCIAL

Emergência do HO será reestruturada pelos agricultores da região, que doaram parte da renda dos ingressos da Bahia Farm Show

06 SOJA PLUS

Programa retoma visitas técnicas às propriedades rurais do oeste da Bahia

10 PLANO AGRÍCOLA

Governo Federal libera R\$ 190,25 bi para o financiamento da safra 2017/2018

Prestação de Contas

Em assembleia geral realizada no último dia 26, no Auditório da Abapa, a Aiba e o laiba prestaram contas referente ao exercício de 2016. Os balancetes foram apresentados e as demonstrações contábeis do ano passado foram aprovadas, por unanimidade, pela Assembleia. Na ocasião, foi apresentado relatório das atividades desenvolvidas no primeiro semestre de 2017, tanto da Associação quanto do Instituto.

Curso Técnico

O Sindicato dos Produtores Rurais de Luís Eduardo Magalhães (SPRLEM), via Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), rede e-Tec, leva para o polo local o curso Técnico em Agronegócio. O objetivo é capacitar profissionais para atuar nos diferentes segmentos das cadeias produtivas da agropecuária brasileira. O curso é certificado pelo Ministério da Educação (MEC) e reconhecido pelo Conselho Regional de Engenharia (CREA). Com duração de 2 anos, as aulas são gratuitas e ocorrerão na modalidade semipresencial. São ofertadas 80 vagas. Informações: (77) 3628-2777.

AIBA DÁ BOAS VINDAS AOS NOVOS ASSOCIADOS

Agrícola Centúrio Prestação de Serviços LTDA

Dhone Dognani

Naturageo Consultoria Ambiental e Geo. Eireli

R. Derner Perfuração de Poços Artesianos

COMUNICADO IMPORTANTE FUNRURAL

Comunicado importante FUNRURAL

A Aiba anuncia a segunda etapa das ações do FUNRURAL para os produtores associados pessoas físicas, e convoca os associados e/ou beneficiados pela ação 0921-32.20074.01.3303 (200733.03.000921-5) a manifestar interesse na restituição dos valores pagos de 2002 a 2010, até o prazo máximo de 31 de Agosto de 2017.

Em caso de dúvidas contatar Ana Felipia 77 3613-8000.

CONVOCAOOS:

- Daniel Borges
- Daniel Ferri
- Daniel Franciosi
- Daniel Horovitz
- Daniel Orth
- Daniel Schardong Gobbi
- Daniel Strobel
- Daniela Missio
- Danilo Deon
- Danilo Tomoaki Kumagai
- Darci Francisco Cappellesso
- Darci Jacob Fell
- Darci Roberti
- Darcio Paulo Willms
- Darcy Américo Salvetti
- David Diniz Donadel
- David Zem
- Dejalma Scherer Martins

- Delair Zanin
- Delcio José Martinazzo
- Delmar Harry Timm
- Denildo D. Consolin
- Denilson Roberti
- Denilson Rodrigues Figueira
- Deoclides Colombo
- Deomar Molinari Baptista
- Deomir Terra
- Dercio Bolognini
- Dercio Bosa
- Dercio Ruediger
- Devanir Roberto Bolonhini
- Dieferson Hoppe
- Dietmar Schmidt
- Dilson Zangirolani
- Dino Romulo Faccioni
- Dinossani Fontana
- Dione Maria Benvegna Franciosi
- Dionizio João Zanotto
- Diouglas Hoppe
- Dirceu Baseggio
- Dirceu Di Domênico
- Dirceu Agnus Graebin
- Dirceu Marcos Delatorre
- Dirceu Montani Filho
- Dirceu Montani
- Diter Arnildo Frank
- Divaldo Eugênio Zangirolani
- Divonsir Antônio Feltrin
- Dori Sandrin
- Douglas Alexandre Radoll
- Douglas Daniel Di Domênico
- Douglas Orth
- Edemar Luiz Bosa
- Edenilson João Dahmer
- Eder Da Silva Nunes
- Edes Polo
- Edgar Marino Stefanello
- Edgar Linedr
- Edilio Poletto
- Edilson Bertoldi
- Edimar Georg Oswald
- Edinei Antonio Fugalli
- Edison Roberto Dipp
- Edmar Frizon
- Edson Antônio Segatto
- Edson César Bertrami
- Edson Fernando Zago
- Edson Hirozawa
- Edson Luiz Brandão
- Edson Luiz Serafini
- Edson Mendes Pereira
- Edson Regis Vieira
- Edson Tressino
- Edson Tsuguio Taniguti
- Edu José Felini
- Eduardo Acyilino Costa
- Eduardo Antonio Parera Sá
- Eduardo De Camargo Faccioni
- Egon Lorentz
- Egon Neivert
- Egon Riffel
- Egon Schwingel
- Eiji Sugahara
- Ekkeardo Kasdorf
- Elcio Alberto Zils
- Elcio Rohr
- Eleandro Blanger
- Elenildo Dahmer
- Eleonor Rothemann
- Elia Machado Holnik

- Elido Fontana
- Eliceu Felipe Kuhn
- Eleizer De Mello Romero
- Elisa Missio
- Elso Luis Everling
- Elisio Carlos Pillati
- Eloi Pillati
- Elso Deon
- Elton Edson Schneider
- Elton Walker
- Elvino Deon
- Elza Massako H. Iamasaku
- Elza Shimohira
- Elys Marília De Souza Castro Busato
- Emerson José Fucilini
- Emerson Obata
- Emilio Joldemir Puton
- Enezio Gilberto Dullius
- Enio Holnik
- Erich Welzel
- Erley Drita
- Ermindo Marcos Serafine
- Erolt Ertal
- Ettore Flávio Ricardi
- Euclides Massoni
- Eugênio Carlos Dessbesell
- Eunice Matiko Ishida Mizote
- Eustaquio Da Silveira Vargas
- Euzébio Luiz Maggioni
- Evadio Aloisio Kuhn
- Evandro Germiniani
- Evandro Roberto Goulart
- Evani Márcia Retzlaff Silva
- Evoly Bidal Garcia
- Ezair Rodrigo Bossa
- Fabiana Rosso Pacheco De Araujo
- Fábio Borge
- Fábio Pereira Junior
- Fabio Pereira Maciel
- Fábio Ricardo Migliorini
- Fábio Roberto Lauck
- Fabricio Rosso Pacheco
- Felipe Antônio Ferreira
- Felipe Francisco Faccioni
- Fernanda Busato
- Fernando Luis Schettino Moreira
- Fernando Luiz Burin
- Fernando Márcio Guimaraes Veloso
- Fiorindo Fedrizzi
- Flávia Resende Bortolin
- Flávio Garcia Fernandes
- Flavio João Strieder
- Flávio Luiz Gomes De Pinho
- Florianio Jacobsen Rodrigues
- Florinda Aparecida Stracci Greski
- Florindo Fonseca
- Francisca Galza Dos Santos
- Francisco Alves Da Rocha Filho
- Francisco Gilberto Brandt
- Francisco Kazuo Mizote
- Francisco Klein
- Francisco Missio
- Francisco Moreira Da Siqueira
- Franklin Akira Higaki
- Friedrich Norberto Kiewer

Agricultores derrubam, na justiça, tributo do salário educação



Depois de quase 10 anos lutando na justiça para extinguir a cobrança do imposto sobre o salário educação, os produtores rurais do oeste da Bahia finalmente conseguiram derrubar o tributo que incide em 2,5% sobre a folha de salários. A Justiça Federal julgou a cobrança inconstitucional. A decisão não só desobriga a categoria a pagar o imposto, como garante a ela a restituição dos valores descontados desde 2003 até hoje. A estimativa é que o reembolso comece a ser feito ainda neste ano. Calcula-se que a devolução seja de aproximadamente R\$ 5 mil por cada funcionário que o agricultor mantém devidamente registrado. A boa notícia foi confirmada pelos advogados dos produtores rurais,

que anunciaram a vitória junto ao Tribunal Regional Federal. De acordo com o jurista Jeferson Rocha, responsável pelo processo, tem direito à restituição somente os produtores que ajuizaram a ação conjunta, movida em 2008 pela Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia (Aiba). "Os produtores que estão listados nesse processo devem procurar o escritório de advocacia que os representam para fornecer as guias GPS desde 2003, a fim de que os cálculos possam ser confeccionados", informou. Ainda segundo o advogado, a extinção da cobrança representa a desoneração da carga tributária sobre a folha em mais de 90%. A decisão é definitiva e não cabe recurso.

ANIVERSARIANTES DE AGOSTO DE 2017

- 02/08 LEONARDO TADASHI MANO SHIMOHIRA
- 04/08 AARON WRIGT HOWELL
- 04/08 BELMIRO CATELAN
- 04/08 CIRO CÉSAR HANISCH
- 04/08 EMERSON DENIS CECCHIN FERREIRA
- 06/08 ANILDO KUREK
- 07/08 CARLOS ALBERTO ZAMBONATTO
- 08/08 IVANA DA CUNHA MISSIO
- 09/08 ANTONIO JOSE GUADAGNIN
- 09/08 FELIPE KUDIESS
- 10/08 ERNO MARCOS SCHERER
- 11/08 CLAUDIO ROBERTO OLIVEIRA DE VASCONCELLOS
- 12/08 INACIO CARLOS URBAN
- 13/08 ADERSON DAHMER
- 13/08 CARLO ROQUE REGINATTO
- 13/08 CESAR AGOSTINHO LAZZARI JUNIOR
- 13/08 HARALD KUDIESS
- 13/08 HELIO HOPP
- 14/08 CLEUSA AGDA COPETTI MARTINI
- 16/08 JORGE LUIZ PINTO SALDANHA
- 17/08 ADEMAR JULIANI
- 17/08 LUIZ PEDRO BERGAMASCHI
- 18/08 AGROPECUARIA SAPUCAI LTDA
- 20/08 CLOVIS FERRAZ MEIRA
- 20/08 LUIZ CARLOS GONÇALVES DE OLIVEIRA
- 22/08 LEONARDO STEFANELO JONAS
- 23/08 JOAO CARLOS JACOBSEN RODRIGUES
- 24/08 ALTAIR WILSON TEIXEIRA DE LISBOA
- 24/08 ARTHUR OLIVEIRA ZANIN
- 25/08 FELIPE FRANCISCO FACCIONI
- 25/08 JOAO LUIZ DA MATA
- 27/08 ADEMAR ANTONIO MARÇAL
- 27/08 AFONSO ORTH
- 27/08 ALYSSON MUNIZ COSTA
- 28/08 ALCIR FICAGNA
- 29/08 ARI BRONSTRUP
- 29/08 JACOB LAUCK
- 30/08 HUMBERTO HIROMITSU UEMURA
- 31/08 GIOVANE DA SILVA DAHMER
- 31/08 JOSEPH FRANCIS CONNOR

INFORMaiba

Publicação mensal pela Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia - Aiba

REDAÇÃO E EDIÇÃO: Catiane Magalhães - DRT-BA: 2845
APROVAÇÃO FINAL: Rosi Cerrato
PROJETO GRÁFICO: Marca Studio de Criação
EDITORAÇÃO: Gabi Corsasi Designer Gráfico
IMPRESSÃO: Gráfica Irmãos Ribeiro
TIRAGEM: 2.000 exemplares

aiba

ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES E IRRIGANTES DA BAHIA
Av. Ahylon Macêdo, 919
Morada Nobre, Barreiras/BA | CEP: 47.810-035
Tel.: 77 3613.8000 | Fax: 77 613.8020

Emergência do HO será reestruturada pelos agricultores da região, que doaram parte da renda dos ingressos da Bahia Farm Show



Pelo quarto ano consecutivo, o Hospital do Oeste (HO), maior unidade de saúde do oeste da Bahia, foi contemplado com a renda do Ingresso Solidário da Bahia Farm Show 2017. A entrega do cheque simbólico foi feita no último dia 22 de junho, pelo vice-presidente da Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia (Aiba), David Schmidt, à diretora do HO, Iranilde Oliveira.

Este ano, o montante destinado à instituição foi de R\$ 25.752,00, 12% a mais do que no ano anterior, quando foram doados R\$ 23.000,00 para compra de poltronas para a pediatria. Agora, o setor beneficiado foi a emergência, e o recurso será investido na aquisição de biombos sanfonados em PVC (divisórias),

que vão proporcionar mais privacidade aos pacientes dos sexos feminino e masculino em atendimento simultâneos. Na lista de prioridades do HO consta também o pedido de mesas de cabeceira, pintura da ala, poltronas, bebedouros, entre outros itens que serão adquiridos com parte da renda da bilheteria da Bahia Farm Show.

“Essa parceria com a Aiba e Bahia Farm Show trouxe muitos benefícios para a nossa unidade hospitalar. A cada ano escolhemos um setor. Para 2017 escolhemos fazer melhorias estruturais e equipar a emergência, por ser a “porta de entrada” dos pacientes e porque acreditamos que essa reforma irá impactar positivamente no atendimento prestado por

nossa equipe e refletirá também no quadro dos pacientes”, disse a diretora do HO, Iranilde Oliveira.

Para o vice-presidente da Aiba, David Schmidt, o fato de o HO atender todo o oeste e até alguns estados vizinhos justifica e reforça as doações consecutivas do Ingresso Solidário da Bahia Farm Show. “Com essas doações, o hospital pode atender melhor os seus pacientes e seus respectivos acompanhantes. Esta ação visa ajudar e valorizar a nossa região”, afirmou David.

A solenidade de entrega também contou com a presença da coordenadora da Bahia Farm Show, Rosi Cerrato, de produtores rurais e de funcionários do HO.

Fundesis vai financiar dezenas de projetos sociais na região oeste da Bahia

Mais de 20 entidades filantrópicas localizadas no oeste baiano receberão ajuda do Fundo para o Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Bahia (Fundesis). No total, serão investidos quase de R\$600 mil reais em projetos que abrangem as áreas de saúde, educação, cultura, esporte, inclusão social e digital, agricultura sustentável, preservação ambiental, empreendedorismo e geração de renda. A boa notícia foi anunciada, no dia 10 de julho, pela coordenadora do Fundo, Makena Thomé, após votação dos conselheiros, que analisaram minuciosamente os 46 projetos que concorreram ao edital 2017. Deste total, foram beneficiadas 22 entidades que desenvolvem trabalhos sociais nas cidades de Barreiras, Luís Eduardo Magalhães, Angical, São Desidério, Correntina, Santa Maria da Vitória, Santana, Bom Jesus da Lapa, Ibotirama e Formosa do Rio Preto. “Conseguimos aprovar um número muito bom de

projetos, quase metade do total de inscritos. Infelizmente não dá para ajudar a todos, embora sejam todos merecedores. Por isso, deixo aqui o convite para quem quiser ser um doador voluntário do Fundo. Quanto mais doadores tivermos maior será o valor destinado para doação e, consequentemente, maior o número de pessoas beneficiadas. O Fundesis é uma boa oportunidade de exercermos a solidariedade”, pontuou o presidente do Fundo, Celestino Zanella. Segundo Makena Thomé, o próximo passo é a assinatura do convênio entre as partes. “As entidades contempladas serão oficialmente comunicadas que os seus projetos foram aprovados, bem como serão munidas de todas informações de como proceder até a assinatura do termo. A liberação do recurso, conforme prevê o regulamento, é feita de forma gradativa, de acordo com a fase de execução do projeto,

que é acompanhado etapa por etapa, para prestação de contas”, observou a coordenadora do Fundesis. O Fundo é mantido pelas doações voluntárias dos produtores rurais, e é gerido pela Instituto Aiba (Iaiba) em parceria com o Banco do Nordeste (BNB). Desde a sua criação, há 11 anos, o Fundesis vem promovendo a transformação social na região. Neste período, já investiu cerca de R\$ 3,5 milhões em 81 projetos de 13 municípios do oeste baiano, beneficiando mais de 50 mil pessoas, direta e indiretamente. Para pleitear o financiamento, as entidades devem elaborar um projeto técnico, de acordo com as normas previstas no edital do Fundesis. Podem concorrer, instituições sem fins lucrativos que estejam com a documentação em dia e que tenham ao menos dois anos de atividade, comprovando capacidade técnica para execução dos projetos sociais. Cada entidade pode receber até R\$ 50 mil. Confira a relação das entidades beneficiadas:

ENTIDADES CONCORRENTES

BARREIRAS			SÃO DESIDÉRIO		
QTD			QTD		
1	CAAF – Casa de Apoio e Acolhimento Fraternal ABAS	R\$ 30.000,00	15	Cáritas Diocesana - Roda Velha	R\$ 50.000,00
2	Associação Lar Espírita André Luiz	R\$ 15.000,00	16	Associação Atlética do sítio	R\$ 5.000,00
3	MIQUEI – Movimento de Inclusão Social e Qualificação do Especial Independente	R\$ 50.000,00	TOTAL		
4	Cáritas Diocesana - Albergue São José	R\$ 50.000,00	R\$ 55.000,00		
5	Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Retiro e São Vicente	R\$ 10.000,00	CORRENTINA		
6	Casa de Reintegração Social Nova Vida	R\$ 8.000,00	17	PRÉ - APAE – Associação de Pais e Excepcionais dos Amigos de Correntina	VISITA TÉCNICA
7	Associação dos Moradores de Placas	R\$ 20.000,00	18	PRÉ - Associação dos Moradores do Distrito de São Manoel	VISITA TÉCNICA
8	LOBO – Liga de Ordem dos Bichos Órfãos	R\$ 15.000,00	SANTA MARIA DA VITÓRIA		
9	Associação dos Cultural dos Moradores da Vila Brasil	R\$ 4.000,00	19	Grupo Espírita União e Amor	R\$ 50.000,00
10	Sindicato dos Produtores Rurais de Barreiras	R\$ 30.000,00	TOTAL		
TOTAL		R\$ 232.000,00	R\$ 50.000,00		
LUÍS EDUARDO MAGALHÃES			SANTANA		
QTD			QTD		
11	AMA - Associação dos Moradores do Aracruz	R\$ 30.000,00	20	Associação da escola Família Agrícola de Santana	R\$ 49.979,00
12	Cáritas Diocesana – Escola de Música Dó-Ré-MI	R\$ 20.000,00	TOTAL		
TOTAL		R\$50.000,00	R\$ 49.979,00		
ANGICAL			BOM JESUS DA LAPA		
QTD			QTD		
13	EAFAA – Associação da Escola Família Agrícola de Angical	R\$ 40.070,00	21	Casa de Passagem Aloísio Tanajura	R\$ 50.000,00
TOTAL		R\$ 40.070,00	TOTAL		
			R\$ 50.000,00		
IBOTIRAMA			FORMOSA DO RIO PRETO		
QTD			QTD		
14	PRÉ - Associação dos Moradores do Alto do Fundo	VISITA TÉCNICA	22	Vila Panambi	R\$ 15.000,00
			TOTAL		
			R\$ 15.000,00		
			TOTAL		
			R\$ 591.149,00		

Programa Soja Plus retoma visitas técnicas às propriedades rurais do oeste da Bahia

Os produtores de soja do oeste baiano que têm dúvidas sobre questões ambientais, sociais e trabalhistas dentro de suas propriedades rurais podem receber, gratuitamente, orientação sobre essas três áreas. Desde o último dia 10, os agricultores inscritos têm recebido visitas técnicas de especialistas. A iniciativa integra mais uma etapa do Programa Soja Plus, que na Bahia é coordenado pela Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia (Aiba) em parceria com a Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove).

Até o mês de agosto, equipes formadas por técnicos da Aiba e da Universidade Federal de Viçosa (UFV) – que também participa do programa – devem percorrer pelo menos 43 propriedades nas regiões de Cascudeiro, Barreiras, Coaceral, Garganta, Rosário, Roda Velha, Bela Vista e Luís Eduardo Magalhães. Os técnicos auxiliaram os proprietários, gerentes e funcionários na adequação das propriedades para que as mesmas atentem à legislação vigente no País.

Segundo o coordenador do Programa Soja Plus na Bahia, o engenheiro agrônomo e engenheiro em Segurança do Trabalho Samuel Lopes, durante a visita, o produtor recebe orientação e tira dúvidas com a equipe técnica sobre possíveis adequações em sua área de plantio. Além disso, “o mutirão realiza uma análise técnica em cada fazenda visitada, onde também são aplicados questionários avaliando indicadores ambientais, trabalhistas e sociais. Os produtores e funcionários, que recebem a caravana, ganham um kit contendo placas de sinalização, manual de construções rurais, vídeos técnicos, fichário de controle de documentos e caixas de primeiros socorros. Tudo sem nenhum custo”, ressaltou Samuel.

Para participar do programa Soja Plus basta ser produtor de soja e associado à Aiba. Os donos de propriedades que se encaixam nesses quesitos e desejarem que as suas fazendas sejam visitadas pelos técnicos do programa devem fazer a solicitação na sede da Aiba ou pelo telefone (77) 3613-8000.



Soja Plus ganha reforço na Bahia com novas parcerias



SOJA PLUS BRASIL EM NÚMEROS

O Soja Plus está implementado em quatro estados: Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e Bahia. Nesses quatro estados, 1.322 fazendas receberam duas visitas técnicas e a aplicação de check list com 180 indicadores. No total, o programa reúne propriedades que produzem 7,2 milhões de toneladas de soja. Entre 2011 e 2017, foram realizados R\$ 14 milhões de investimentos, e 2.384.292 hectares de soja foram verificados.

O Programa Soja Plus, de gestão econômica, social e ambiental da propriedade rural, está fortalecido no oeste baiano, principal produtor de soja do estado, com convênio de parceria assinado entre a Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove), a Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia (Aiba), a Associação dos Produtores de Sementes de Soja dos Estados do Matopiba (Aprosem) e o Sindicato de Luís Eduardo Magalhães.

De acordo com o gerente de sustentabilidade da Abiove e coordenador nacional do Soja Plus, Bernardo Pires, com a parceria, o programa ampliará as suas iniciativas, principalmente as voltadas para a governança socioambiental no bioma Cerrado. A região do Matopiba (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia) é protagonista nas discussões sobre governança no Cerrado. E a Bahia, entre os quatro, é o principal estado agrícola.

INICIATIVAS

O Soja Plus, programa oferecido sem custos para os produtores rurais, capacita-os a realizar uma melhor gestão econômica e ambiental da fazenda e a atender os requisitos das legislações social e trabalhista brasileira. Com a parceria entre as quatro instituições do agronegócio, serão fortalecidas, entre outras, as seguintes iniciativas:

Mobilização de produtores para receberem visitas técnicas do Soja Plus;

Promoção de cursos em parceria com o Senar-BA, treinamentos e dias de campo;

Distribuição de material técnico e didático, como cartilhas, folders, cartazes de divulgação e placas informativas sobre saúde, segurança do trabalho e meio ambiente;

Promoção de seminários anuais em nível federal e estadual na Bahia;

Monitoramento dos indicadores de desempenho das ações empreendidas.

Superavit do agronegócio atinge US\$ 8,12 bilhões, segundo melhor resultado histórico para junho



As exportações brasileiras do agronegócio atingiram US\$ 9,27 bilhões, em junho, superando em 11,6% o valor registrado em igual mês do ano anterior. Do lado da importação, houve crescimento de 6,1%, passando para US\$ 1,16 bilhão em junho deste ano. O

superavit comercial do agronegócio brasileiro elevou-se de US\$ 7,22 bilhões para US\$ 8,12 bilhões, sendo o segundo maior resultado da série histórica para meses de junho, abaixo apenas do valor de junho de 2014, quando foi de US\$ 8,40 bilhões.

As vendas foram lideradas pelo complexo soja (grão, farelo e óleo), cujas vendas atingiram US\$ 3,96 bilhões. O valor significa acréscimo de 8,1% sobre o que foi registrado em igual mês de 2016. Este segmento representou 42,7% do total das exportações do agronegócio no mês. Os dados constam da balança comercial do agronegócio, divulgada nesta segunda-feira (10) pela Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio (SRI) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). O complexo sucroalcooleiro aparece em seguida, com exportações de US\$ 1,36 bilhão no período, contabilizando aumento de 32,9% sobre junho/2016. Esse acréscimo foi puxado pelas vendas de açúcar em bruto, que tiveram incremento de 39,7%, alcançando US\$ 1,07 bilhão (2,64 milhões de toneladas). Esse desempenho garantiu recordes em valor e quantidade para o açúcar em bruto, considerando meses de junho.

Na terceira posição da pauta, o setor de carnes registrou exportações de US\$ 1,32 bilhão, revelando avanço de 1,7% no valor exportado em junho/2017 sobre igual período do ano anterior. As vendas de carne suína obtiveram o melhor desempenho do setor, com elevação de 26,9% sobre junho/2016 (+3,9% em quantidade e +22,1% no preço médio), passando para US\$ 154,53 milhões.

O destaque seguinte foram as exportações de produtos florestais, que atingiram US\$ 1,03 bilhão em junho/2017, superando em 21% o resultado de junho/2016. Sobressaíram-se as vendas de celulose, com aumento de 38,5% sobre junho/2016 (+16,9% em quantidade e +18,5% no preço médio), alcançando US\$ 620,15 milhões.

O quinto melhor desempenho foi o de café, totalizando US\$ 368,96 milhões, em junho/2017, com aumento de 4,2% sobre junho/2016. O principal item foi o café verde, com exportações de US\$ 309,30 milhões, cifra 2% superior à registrada em junho/2016 (-7,7% em quantidade e +10,5% no preço médio).

Em conjunto, os cinco principais segmentos da pauta do agronegócio somaram US\$ 8,04 bilhões, representando 86,7% do total das exportações registradas em junho de 2017. (Mapa)

Safra 2016/17 impulsiona melhora de resultados das companhias agrícolas



A safra 2016/17 tem tudo para se confirmar como a da recuperação das maiores empresas produtoras de grãos do país. Se a safra 2015/16 foi extremamente penalizada pelo El Niño, o ciclo que se encerrou oficialmente no dia 30 de junho encontrou um "clima quase perfeito" para o desenvolvimento das culturas de soja, milho e algodão. E a alta produtividade decorrente desse cenário favorável deve ter se traduzido em aumento de receitas no segundo trimestre, segundo analistas.

Dentre as culturas, o algodão, com cotações mais altas que no ciclo anterior, destaca-se e deve ter sido responsável pelo aumento da rentabilidade das grandes produtoras no período. A desvalorização do real, reflexo da crise política no país, também deve ter beneficiado essas empresas.

Embora a cotação do dólar já tenha voltado para mais perto do patamar pré-crise, a alta de 8% em apenas em um dia (18 de maio, após o vazamento das informações da JBS) foi uma oportunidade para as empresas fixarem vendas do ciclo 2017/18, que ainda nem começou a ser semeado. Mas é principalmente o lado operacional que deve ter garantido às empresas um desempenho favorável no trimestre que terminou. E a produtividade deve ser o fator preponderante nos resultados de 2017.

"Eu arrisco a dizer que, para o algodão, teremos a melhor produtividade dos últimos dez anos em algumas regiões", afirma Gabriel Lima, analista do Bradesco BBI, desta-

cando que esse desempenho vai impulsionar, especialmente, os resultados da SLC Agrícola. Cerca de 40% da receita da companhia e 75% da geração de caixa têm origem nas vendas da fibra. No primeiro trimestre do ano, a SLC teve lucro líquido de R\$ 83,9 milhões, resultado recorde para o período e uma recuperação expressiva em relação a igual intervalo de 2016, quando havia registrado prejuízo líquido de R\$ 2,7 milhões. O desempenho no primeiro trimestre do ano foi determinado por uma produtividade superior à inicialmente prevista e pela comercialização antecipada, com preços em patamares mais altos que as atuais cotações.

Os resultados da Terra Santa (ex-Vanguarda Agro) no primeiro trimestre tiveram recuperação invejável. O lucro líquido somou R\$ 33,07 milhões, avanço de mais de 11 vezes em relação aos R\$ 2,95 milhões do mesmo trimestre de 2016. O resultado também foi puxado pelo aumento da produtividade das lavouras da companhia. Considerando só a produção de soja, responsável por cerca de 50% das receitas da Terra Santa, a produtividade saiu de 50 sacas por hectare na safra 2015/16 para 60 sacas no ciclo 2016/17.

Na mesma toada, a BrasilAgro, companhia focada no desenvolvimento de terras agrícolas com atuação no Brasil e no Paraguai, registrou lucro líquido de R\$ 4,541 milhões no terceiro trimestre fiscal de 2017 (safra 2016/17), encerrado em março. Em igual período da temporada passada,

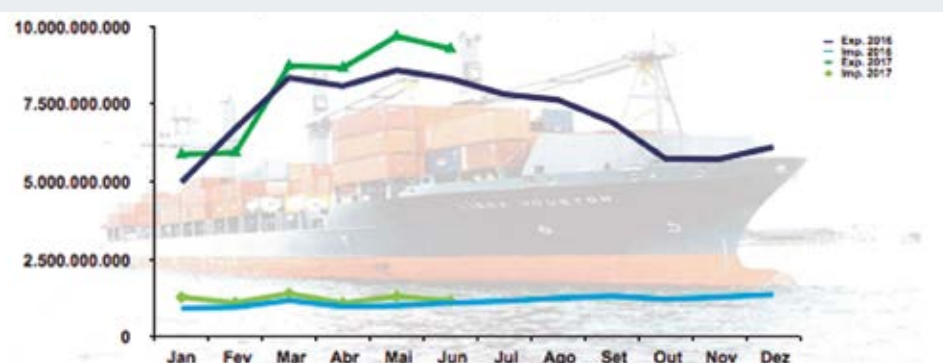
a empresa teve prejuízo líquido de R\$ 21,441 milhões. A BrasilAgro também registrou produtividade acima da inicialmente esperada para soja e milho, tanto no Brasil quanto no Paraguai.

A expectativa é que a recuperação continue nos próximos trimestres, uma vez que as previsões climáticas indicam um cenário sem grandes eventos severos. "O ponto é que estas companhias estão muito expostas ao clima, e os últimos resultados mostram isso", disse Lima. É preciso observar que, embora a safra 2016/17 esteja oficialmente encerrada, as colheitas de milho da segunda safra e de algodão ainda estão em curso.

O Bradesco BBI projeta que o lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) da SLC deve subir 74,3% este ano em decorrência do clima mais favorável. E a margem Ebitda deve passar de 15,6% para 21,9%. Para a Terra Santa, a projeção é de que o Ebitda mais que dobre, passando de R\$ 70 milhões, em 2016, para R\$ 149 milhões neste ano, com a margem saindo de 8,3% para 17%. Para 2018, a previsão é ainda mais otimista, com Ebitda chegando a R\$ 190 milhões e a margem a 19,8%.

"O desafio dessa empresa é a alavancagem", disse o analista do Bradesco BBI, destacando que a redução da relação entre dívida líquida e Ebitda vai depender das condições climáticas para a safra 2017/18, que acaba de se iniciar oficialmente. (Valor)

Gráfico 1 - Balança Comercial do Agronegócio
Evolução Mensal das Exportações e Importações 2016 e 2017



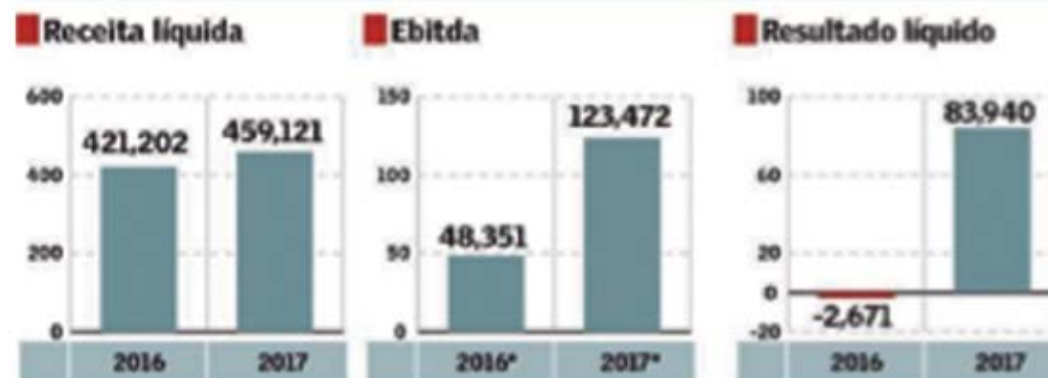
Fonte: AgroStat Brasil a partir dos dados da SECEX/MDIC

R\$ 190,25 bi são liberados para o financiamento da safra 2017/18

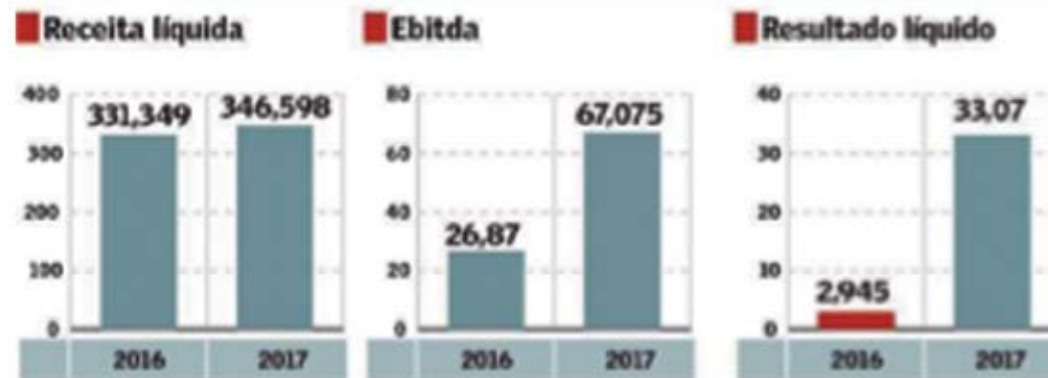
Empresas agrícolas

Resultados de janeiro a março de 2017 (R\$ milhões)

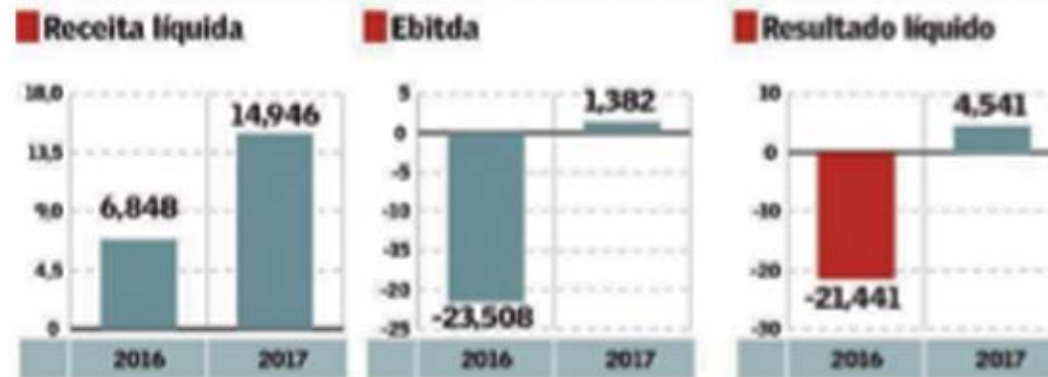
SLC Agrícola



Terra Santa



Brasilagro



Fontes: Empresas. * Excluído efeitos de ativos biológicos

O agricultor brasileiro já pode contar com recursos para financiar a próxima safra agrícola. São R\$ 190,25 bilhões destinados pelo governo federal a operações de custeio, comercialização e investimento, por meio do Plano Agrícola e Pecuário 2017/2018. A expectativa é que mais uma vez o setor do agronegócio contribua para impulsionar a economia do país, com uma colheita que poderá superar 240 milhões de toneladas de grãos.

“Mesmo num cenário de dificuldade, o governo reduziu os juros de algumas linhas de crédito para permitir que os agricultores tenham safras capazes de garantir a segurança alimentar do brasileiro e excedentes exportáveis para gerar divisas”, ressalta o secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuário e Abastecimento, Neri Geller, acrescentando que o cenário é bastante otimista para a próxima temporada agrícola.

“Programas como PCA (Programa de Construção e Ampliação de Armazéns), que reduziu os juros a 6,5% ao ano, vão alavancar a retomada dos investimentos em armazenagem. Isso ajudará a amenizar ou resolver o problema de logística e dará condições ao nosso produtor para continuar avançando forte no aumento da produção agrícola no país”, enfatiza Geller.

O secretário acredita que o produtor vai, mais uma vez, mostrar firmeza e disposição para fortalecer a atividade agrícola. “E nós, do governo, estamos fazendo nossa parte para dar sustentação tanto do ponto de vista de crédito quanto da ampliação do recurso e da garantia de preço mínimo.” Segundo ele, o apoio ao setor é fundamental porque o agronegócio representa quase metade das exportações e por cerca de 21% do PIB (Produto Interno Bruto) do país.

Do montante anunciado em 7 de junho último pelo presidente Michel Temer e pelo ministro Blairo Maggi, durante solenidade no Palácio do Planalto, R\$ 550 milhões são do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR) e R\$ 1,4 bilhão para apoio à comercialização.

JUROS

O Plano Agrícola e Pecuário 2017/2018 reduziu em um ponto percentual ao ano as taxas de juros das linhas de custeio e de investimento e, de dois pontos percentuais ao ano, às dos programas voltados à armazenagem e à inovação tecnológica na agricultura.

No crédito de custeio e de investimento, os juros caíram de 8,5% ao ano e 9,5% ao ano para 7,5% e 8,5%, à exceção do PCA e do Inovagro, nos quais a taxa foi fixada em 6,5% ao ano.

CRÉDITO

O volume de crédito para custeio e comer-

cialização é de R\$ 150,25 bilhões, sendo R\$ 116,25 bilhões com juros controlados e R\$ 34 bilhões com juros livres. O montante para investimento saltou de R\$ 34,05 bilhões para R\$ 38,15 bilhões, com aumento de 12%. (Mapa)

Confira as Resoluções mais recentes:

DATA	TÍTULO	EMENTA
29/6/2017	Resolução nº 4.590	Define a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) para o terceiro trimestre de 2017.
29/6/2017	Resolução nº 4.589	Define limite de exposição e limite global anual de crédito aos órgãos e entidades do setor público, a serem observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.
29/6/2017	Resolução nº 4.588	Dispõe sobre a atividade de auditoria interna nas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.
29/6/2017	Resolução nº 4.587	Ajusta os procedimentos que devem ser utilizados pelas instituições financeiras e as disposições sobre as informações que devem ser fornecidas pelo mutuário nos financiamentos contratados com recursos controlados.
29/6/2017	Resolução nº 4.586	Ajusta as normas do Crédito Rural e do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro) para simplificar o método de definição do preço de referência considerado no cálculo de cobertura do Proagro; para admitir a concessão de crédito rural e o enquadramento no Proagro de cesta de hortícolas; para instituir alíquota de adicional diferenciada para cultivo de frutas temperadas com proteção contra granizo; e para ajustar as regras de início de vigência do Proagro.
29/6/2017	Resolução nº 4.585	Define procedimentos de salvaguarda às instituições financeiras para fins das renegociações contratuais a serem firmadas ao amparo do art. 2º da Lei Complementar nº 156, de 28 de dezembro de 2016, e das Resoluções ns. 4.556, de 23 e fevereiro de 2017, e 4.566, de 27 de abril de 2017.
29/6/2017	Resolução nº 4.584	Ajusta as normas do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e do Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF).
29/6/2017	Resolução nº 4.583	Ajusta normas gerais do crédito rural de custeio, comercialização e industrialização, e altera regras de subdirecionamento dos recursos captados por meio da emissão da Letra de Crédito do Agronegócio (LCA), a serem aplicadas a partir de 1º de julho de 2017.
29/6/2017	Resolução nº 4.582	Fixa a meta para a inflação e seu intervalo de tolerância para os anos de 2019 e 2020.
07/6/2017	Resolução nº 4.581	Altera as regras de subdirecionamento dos recursos captados por meio de emissão da Letra de Crédito do Agronegócio (LCA) e introduz outros ajustes na Seção 6-7 do Manual de Crédito Rural (MCR).
07/6/2017	Resolução nº 4.580	Ajusta normas do crédito rural para balanceamento dos percentuais de subdirecionamento de recursos à vista; redirecionamento de fonte de recursos para atividades comerciais e industriais de produtos agrícolas; fixação de limites de financiamento com recursos obrigatórios para regime de integração e para cooperativas de produção; alteração das condições de obrigatoriedade de informação das coordenadas geodésicas; alteração de prazos das operações de custeio agrícola; e revogação da vedação de concessão de crédito rural a taxas inferiores às praticadas nos financiamentos com recursos obrigatórios.
07/6/2017	Resolução nº 4.579	Reduz o percentual de direcionamento para aplicação em crédito rural dos recursos captados na forma de Poupança Rural (MCR 6-4) de 74% para 65% e eleva o percentual do encaixe obrigatório de 15,5% para 21%.
07/6/2017	Resolução nº 4.578	Define os encargos financeiros e o bônus de adimplência das operações rurais realizadas com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento para o período de 1º de julho de 2017 a 30 de junho de 2018.
07/6/2017	Resolução nº 4.577	Ajusta normas dos programas de investimento agropecuários amparados por recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a partir de 1º de julho de 2017.
07/6/2017	Resolução nº 4.576	Ajusta normas gerais do crédito rural a partir de 1º de julho de 2017.



Agricultores unem força para combater Ferrugem Asiática na Bahia

Os agricultores baianos estão de olho na ferrugem asiática, doença que pode dizimar as lavouras de soja. Conscientes de que a prevenção é a melhor forma de combate, a categoria uniu força para enfrentar o problema. No início do mês, os produtores rurais da região participaram do I Fórum de Combate à Ferrugem Asiática da Soja, realizado no auditório do Senar, em Luís Eduardo Magalhães. Na Bahia, o primeiro caso de ferrugem asiática foi registrado na safra de 2003/2004, mas a doença foi controlada. Mesmo assim, o tema tem pautado os produtores rurais da região,

que estão em alerta, já que uma mutação ou adaptação do fungo tem criado resistência à ação dos fungicidas existentes no mercado, dificultando o combate à doença, o que pode ter consequências desastrosas para toda economia do Estado.

De acordo com o doutor em fitopatologia e um dos palestrantes do Fórum, Carlos Forcelini, os fungicidas, mesmo sendo importantes, não podem ser os principais agentes para o controle da ferrugem. "A expectativa para os próximos anos é de a doença se propagar, por isso não se pode contar apenas com os fungi-

cidas. É preciso fazer manejo, vazio sanitário e se unir", alerta, enfatizando que uma lavoura infectada pode transmitir o fungo para uma lavoura sadia.

Com a iminência do aumento de casos de ferrugem em terras baianas, os agricultores precisam tomar alguns cuidados para que seja mantida a rentabilidade e sustentabilidade das áreas cultivadas. O pesquisador da Embrapa Soja, Maurício Meyer, alertou que as medidas preventivas devem evoluir para que sejam tomadas de forma regional, depois nacional e posteriormente continental. "Só assim, conse-

guiremos fazer um controle efetivo da doença no Brasil e, posteriormente, na América Latina", reforçou Meyer.

Segundo ele, a doença tem avançado fronteiras. No Brasil, por exemplo, o primeiro foco da Ferrugem Asiática foi identificado em 2001, no Sul do país, oriundo do vizinho Paraguai, e rapidamente alastrou-se para outras regiões. Para ele, o combate conjunto ainda é a medida mais eficaz para se vencer a doença.

O vice-presidente da Aiba, Luiz Pradella, lembrou que o estado da Bahia já foi referência no manejo estratégico da ferrugem no País e que o Fórum e as medidas que devem ser tomadas a partir dele, podem se tornar novamente referência para os outros estados do Brasil. "As entidades do setor estão unidas na região para resolver este problema que não é apenas do oeste da Bahia, mas sim de toda a América Latina", ressaltou Pradella.

E foi justamente, a união dos produtores através de núcleos regionais, a sugestão apresentada pelo presidente da Abapa, Júlio Busato, para o controle da ferrugem da soja. Busato mostrou as ações e resultados positivos do Programa Fitossanitário da Abapa e sugeriu que o modelo fosse replicado também para a soja. "Temos que aproveitar que estamos aqui juntos, com a luz amarela acesa e não a vermelha, e tentar montar um programa que consiga minimizar os riscos", avaliou Busato.

Os representantes das associações e entidades do agronegócio se comprometeram a definir ações para combate à ferrugem com a participação dos produtores da região. O evento foi organizado pela Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia (Aiba), Associação Baiana dos Produtores de Algodão (Abapa), Fundação Bahia e Sindicato dos Produtores Rurais de Barreiras e Luís Eduardo Magalhães.



AS ENTIDADES DO SETOR ESTÃO UNIDAS NA REGIÃO PARA RESOLVER ESTE PROBLEMA QUE NÃO É APENAS DO OESTE DA BAHIA, MAS SIM DE TODA A AMÉRICA LATINA"

Luiz Pradella, vice-presidente da Aiba.

www.aiba.org.br



Bahia atinge 100 mil cadastros ambientais



A marca de 100 mil cadastros ambientais rurais no estado da Bahia foi celebrada no município de Casa Nova, no semiárido baiano, em evento que contou com a presença do governador Rui Costa. Na ocasião, o secretário estadual do Meio Ambiente (Sema), Geraldo Reis, entregou 3.566 certificados do Cadastro Ambiental Rural – CAR a proprietários rurais com até 4 módulos fiscais de Casa Nova (2.299 cadastros), Sobradinho (406 cadastros) e Uauá (861 cadastros), somando um investimento de R\$ 356 mil. “Celebramos com o governador Rui Costa o Cadastro Ambiental Rural (CAR) de número 100.000. Com isso, estamos mais perto de atingir a meta do contrato com o BNDES/Fundo Amazônia, que era de 319 mil cadastros, mas, após negociação da Sema, foi ampliada para 419 mil, até dezembro de 2018”.

Com essa ação, de acordo com o secretário, a Bahia vai fortalecer a política de regularização ambiental, formar um importante banco de dados, além de possibilitar para os agricultores o acesso aos mecanismos de fomento à produção. “Agora é continuar firme o trabalho e expandir o CAR para melhor proteger nosso meio ambiente”. Para a proprietária rural, Lucivalda Nunes, que possui uma produção da agricultura familiar no distrito de Baixa dos Caboclos, ser escolhida para receber o certificado simbólico do Cadastro Ambiental Rural só confirma o sentimento de dever cumprido. “Estou orgulhosa por deixar minha propriedade regularizada na questão ambiental”. A partir de dezembro de 2017, a lei condicionará a inscrição no CAR para a concessão de crédito agrícola pelas instituições financeiras, inclusive benefícios ambientais.

MEIO AMBIENTE

O Cadastro Ambiental Rural (CAR) é uma ferramenta pilar da política de regularização ambiental no Brasil, e foi instituído como registro público eletrônico de âmbito nacional, obrigatório para todos os imóveis rurais, a fim de integrar as informações ambientais das propriedades e posses rurais, com o objetivo de compor uma base de dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico e combate ao desmatamento. No âmbito do Estado da Bahia, o governo vem ampliando o CAR, por meio do Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais (Cefir), incluindo mais informações para auxiliar a fiscalização e regularização ambiental em território baiano. “A complementação do cadastro ambiental realizado pelo Cefir é realizado pela Sema e o Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Inema), em parceria com prefeituras e sindicatos”, explicou o secretário. (Ascom Sema)

Aiba apresenta resultados do Programa Bahia sem Fogo, que monitora e combate incêndios florestais na região



Historicamente, entre os meses de julho e outubro é o período em que é registrado o maior número de casos de incêndios florestais no oeste baiano. Os órgãos ambientais e a população da região já começam a ficar em alerta por conta dos focos de calor registrados a partir do próximo mês. Preocupados com isso, o subcomitê de prevenção e combate a incêndios florestais da região oeste da Bahia, do qual a Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia (Aiba) faz parte, já começa a se articular e planejar ações do Programa Bahia Sem Fogo para este ano. O grupo se reuniu na unidade regional do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Inema), em Barreiras, para apresentar os resultados da edição passada e traçar as estratégias de atuação na região, incluindo as áreas monitoradas pela Aiba nos municípios de Barreiras, São Desidério e Luís Eduardo Magalhães. Segundo os dados apresentados, em 2016, a atuação do subcomitê conseguiu reduzir 63% da área atingida pelo fogo na unidade de São Desidério. Em áreas que pertencem aos municípios de Barreiras e Luís Eduardo Magalhães essa queda foi de 43%, se comparada às áreas queimadas ao ano anterior. Ao apresentar esse resultado, o analista am-

biental da Aiba, Eneas Porto, ressaltou que, juntas, as duas unidades de monitoramento representam uma área de cerca de 800 mil hectares. “As ações de monitoramento de focos de calor e articulação para combates a incêndios florestais mostram-se cada vez mais importantes para minimizar os impactos causados pelo fogo, como perdas em áreas produtivas e áreas destinadas à conservação em Reserva Legal e Áreas de Preservação Permanente (APP) localizadas no perímetro da propriedade rural, o que fomenta a manutenção da biodiversidade e dos mananciais hídricos”, avalia. Além da Aiba, o subcomitê conta, ainda, com a parceria do Inema, Corpo de Bombeiros, Ibama Prevfogo, secretarias do Meio Ambiente de Barreiras, Luís Eduardo Magalhães e São Desidério, agricultores da região, além de Sindicatos Rurais e ONGs. Representante de todas essas entidades compareceram à reunião. Durante o evento, a representante do Inema, Fábila Cotrim, destacou a importância do Programa Bahia Sem Fogo para articulação entre diferentes setores para redução da incidência de focos de calor e, consequentemente, de área queimada na região, fomentando a pluralidade de representes no subcomitê.

ORIENTAÇÕES

A diretora de Meio Ambiente da Aiba, Alessandra Chaves, ressaltou alguns cuidados que a população pode adotar para prevenir que haja ocorrências de incêndios. Segundo ela, durante o período crítico, é importante evitar qualquer situação que possa desencadear incêndios. “Isso não quer dizer proibição do uso do fogo. Em casos de necessidade em propriedade rural, por exemplo, é obrigatória a Declaração de Queimada Controlada (DQC), conforme prevê a legislação. Além disso, alguns cuidados como treinamento das brigadas para combate, manutenção de aceiros; informar aos vizinhos a data e o horário da prática; atenção à direção do vento e à temperatura”, pontuou. Alessandra também lembrou que o responsável por provocar incêndio poderá ser punido, conforme previsto na Lei de Crimes Ambientais. As penalidades vão desde a reclusão, que varia de seis meses a quatro anos; à aplicação de multa, cujos valores variam de acordo com a gravidade da infração cometida, podendo chegar a R\$ 50 milhões. As atuações podem ser feitas em área rural ou urbana, e realizadas por órgãos federais, estaduais e municipais.

Governo do Estado investe R\$ 20 mi no Programa Bahia Sem Fogo



Para reforçar a prevenção de incêndios florestais nas regiões oeste e centro norte da Bahia, a Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado (Semarh) e o Instituto do Meio Ambiente (Inema) iniciaram a segunda edição da Caravana Bahia Sem Fogo, com ênfase no período de maio a dezembro, quando incêndios florestais podem ocorrer com mais frequência por conta da estiagem e altas temperaturas. Serão investidos R\$ 20 milhões no monitoramento e prevenção de focos de fogo. "Esse dinheiro será investido na contratação de 2.500 horas de voo de helicópteros e aeronaves para que possamos fazer esse trabalho de prevenção e ao mesmo tempo estarmos aptos para o combate aos incêndios e ao fogo no momento em que se fizer necessário. São equipamentos de ponta que nos darão uma estrutura necessária para a execução do programa. Nesse combate direto ao fogo, contamos também com uma valiosa parceria com o Corpo de Bombeiros e as brigadas de combate a incêndio", afirmou o secretário Geraldo Reis. Além de fatores naturais como as estiagens e as altas temperaturas, existem fatores secun-

dários que não deixam de ser relevantes para o acontecimento desses incidentes. Muitas vezes, as queimadas são iniciadas por agricultores para a limpeza de terrenos para fins agrícolas, e que saem do controle, em decorrência de "bagas" de cigarro jogadas por transeuntes ou motoristas ou até mesmo por incêndios causados intencionalmente de forma dispendente e criminosa.

A caravana vai promover também debates, oficinas de educação ambiental, rodas de conversas, discussões temáticas e entrega de materiais socioeducativos para professores, sindicalistas rurais, lideranças comunitárias, agricultores, brigadistas voluntários, guias turísticos, agentes de saúde, agricultores, entre outras pessoas que possuam um alcance social e sejam capazes de multiplicar esses conhecimentos.

A ação percorrerá onze cidades nesse período – Jaguarari, Senhor do Bonfim, Saúde, Pindo-baçu, Jacobina, Riachão das Neves, Santa Rita de Cássia, Mansidão, Formosa do Rio Preto, Barreiras e São Desidério.

Para a gestora de Educação Ambiental, Michelle Rios, o objetivo é que esses participantes se

tornem atores multiplicadores das medidas de prevenção contra incêndios. "A gente sai dessas atividades com um grande plano de ações que essas pessoas podem empreender em suas regiões, em oficinas, cursos, palestras ou reuniões com seus grupos locais, para disseminar o que aprenderam. A grande ideia é que a agenda da caravana não termine com as oficinas, e sim que essas pessoas possam passar adiante esses conhecimentos nos locais onde vivem".

CANAIS DE DENÚNCIA

Desde fevereiro deste ano, em períodos de maior ocorrência no registro de queimadas, a Semarh/Inema e o Corpo de Bombeiros Militares prestam informações regulares sobre as atividades de monitoramento e combate ao fogo. A qualquer sinal de incêndio, basta a população ligar para o 193. Denúncias de queimadas ilegais e outros crimes ambientais também podem ser feitas pelo telefone 0800 071 1400 ou pelo e-mail denuncias@inema.ba.gov.br, diretamente nos balcões do Inema, na sede ou nas Unidades Regionais do órgão. (Secom)

Atividades agrossilvipastoris voltam a ser autorizadas por procedimento especial de licenciamento ambiental



A Secretaria Estadual do Meio Ambiente (Sema) e o Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Inema) informaram que voltou a vigorar o Regulamento da Lei nº 10.431/2006, aprovado pelo Decreto nº 14.024/2012, com as alterações definidas pelo Decreto nº 16.963/2016. Assim, as atividades agrossilvipastoris e pecuária extensiva estão sujeitas a procedimento especial de licenciamento ambiental, por meio de cadastro específico no Sistema Estadual de Informações Ambientais e Recursos Hídricos (SEIA). Os órgãos ressaltam que o Termo de Compromisso celebrado quando da inscrição no Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais – CEFIR constitui-se em documento hábil de regularização ambiental, durante a sua vigência, como preceitua o parágrafo 2º do Art. 291 do Regulamento da Lei nº 10.431/2006, apro-

vado pelo Decreto nº 14.024/2012. E, dessa forma, no prazo estipulado no próprio Termo de Compromisso, o compromissado que exerça as atividades de agricultura e/ou pecuária extensiva, deve buscar a regularização da atividade por meio da autorização emitida por procedimento especial de licenciamento ambiental, conforme Art. 135 do mesmo Regulamento da Lei nº 10.431/2006.

DECISÃO JUDICIAL

O Ministério Público Federal e o Ministério Público do Estado da Bahia ingressaram com a ação civil pública nº 25632-95.2016.4.01.3300, em trâmite na 12ª Vara Federal da Seção Judiciária da Bahia, por meio da qual obtiveram, liminarmente, decisão judicial no sentido de suspender os efeitos dos arts. 8º e 135 e seu ANEXO IV, DIVISÃO A, previstos no Decreto

Estadual nº 15.682/2014 e decorrentes alterações no texto final do Decreto Estadual nº 14.024/2012, bem como do Decreto Estadual nº 16.963, de 17 de agosto de 2016, ao mesmo tempo em que também conseguiram determinação judicial para que o INEMA volte a realizar o licenciamento ambiental das atividades agrossilvipastoris de acordo com a legislação federal em vigor.

No entanto, o INEMA foi notificado de que o pedido de suspensão de liminar nº 0020221-43.2017.4.01.0000, que essa Autarquia Estadual ingressou perante o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, foi julgado pelo Desembargador Federal Presidente como procedente, oportunidade em que o mesmo determinou a suspensão da mencionada decisão liminar que foi deferida nos autos do processo nº 0026632-95.2016.4.01.3300. (Ascom Inema)

Setor agropecuário aguarda publicação da MP do Funrural



Três meses após o Supremo Tribunal Federal (STF) decidir pela constitucionalidade do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural), o setor agropecuário brasileiro ainda aguarda a publicação da decisão para uma melhor avaliação dos seus efeitos e propositura dos recursos cabíveis. No entanto, ainda que o Acórdão não tenha sido publicado, o setor produtivo aguarda a publicação de uma Medida Provisória (MP) que vai tratar do pagamento das dívidas e da revisão da alíquota do fundo.

Em 2010, o Supremo reconheceu a inconstitucionalidade da cobrança do Funrural, o que motivou muitos produtores e entidades de classe a ajuizarem ações próprias com pedido de liminar para interromper o pagamento do fundo. Foram mais de 15.000 ações tramitando na justiça brasileira, nas quais muitos produtores rurais do país obtiveram decisões judiciais favoráveis. A Medida Provisória deve trazer a redução dos

juros, o abatimento das multas e encargos de sucumbência e a opção de parcelamento para aqueles produtores que deixaram de contribuir amparados por uma liminar. Além disso, a medida deve reduzir o valor a ser recolhido pelo produtor que não possui débitos. Outro ponto que pode ser contemplado é a retomada da isenção do Funrural na comercialização de bezerro, sementes, mudas, pintinhos de um dia, ovo galado, sêmen e leitão que foi revogada em 2008 e passou a incidir a cobrança sobre toda a comercialização da produção.

A gestora do Núcleo Jurídico da Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso (Famato) Elizete Ramos disse aos produtores rurais de Mato Grosso que enquanto a decisão do STF não for publicada, as limitares continuam vigentes. Os produtores que não possuem liminar, devem continuar recolhendo o Funrural com a alíquota vigente, que é 2,3%. "Até que seja definido um novo percentual, o atual continua

valendo", disse Elizete.

O fundo incide sobre toda comercialização da produção, seja entre pessoas físicas ou entre pessoa física e jurídica. Quando a pessoa física vende para a jurídica, a pessoa jurídica faz a retenção do valor e paga ao fisco aquilo que foi descontado do produtor rural. Quando a comercialização se dá entre pessoas físicas, a responsabilidade do recolhimento é do produtor rural vendedor.

O percentual devido pelo produtor rural pessoa física é de 2,3% e seu recolhimento deve ser feito na Guia da Previdência Social (GPS) gerada através do Sistema GFIP/Sefip. Sobre esse tema, o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar-MT) elaborou um manual de orientação das contribuições previdenciárias na área rural. O material pode ser conferido no link: <http://www.sistemafamato.org.br/portal/arquivos/04072017120257.pdf>

Fonte: Famato

Em expedição liderada pela Abrapa, industriais estrangeiros conhecerão a cotonicultura brasileira

A Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (Abrapa) realizou, entre os dias 09 e 16 de julho, a Missão Compradores 2017. Trata-se uma expedição que vem sendo realizada, ininterruptamente, desde 2015, trazendo para o Brasil industriais estrangeiros de fiação e traders da commodity, para conhecer de perto a cotonicultura e os processos ao longo da cadeia produtiva que respondem pela sustentabilidade, qualidade e credibilidade conquistadas pelo algodão brasileiro internacionalmente. Cerca de 15 representantes de indústrias e cinco tradings, de oito países – Peru, Bangladesh, Paquistão, China, Vietnã, Turquia, Coreia do Sul e Índia – visitaram fazendas, beneficiadoras de algodão, fiação e laboratórios de HVI na Bahia, Goiás e Mato Grosso, além do Centro Brasileiro de Referência em Análise de Algodão (CBRA), da Abrapa, instalado em Brasília.

A programação foi encerrada na Chapada dos Guimarães (MT), onde o grupo participou do XVI Anea Cotton Dinner, promovido pela Associação Nacional dos Exportadores de Algodão (Anea). Nesta terceira edição da Missão Compradores, cinco tradings que atuam no Brasil assinaram com a Abrapa a expedição, Ecom, Reinhart, Dreyfus, Cofco e Cargill. Em cada um dos estados visitados, a Abrapa conta com a parceria das associações estaduais, a Agopa, em Goiás; a Ampa, no Mato Grosso; e a Abapa, na Bahia.

"É uma jornada de conhecimento, oportunidade de negócios e troca de experiências que tem se mostrado fundamental para a abertura de novos mercados e estreitamento de laços comerciais", explica o presidente da Abrapa, Arlindo de Azevedo Moura. Segundo ele, a transparência nas relações entre cotonicultores brasileiros e os players mundiais tem contribuído para a manutenção do posto de quinto maior produtor de algodão no ranking mundial, com 1,5 milhão de toneladas de pluma estimados para a safra 2016/17, e do status de quarto maior exportador, com previsão de embarcar 610 mil toneladas de pluma na safra em curso.

A escolha dos países de origem dos visitantes não é aleatória. Eles fazem parte dos dez maiores compradores do algodão brasileiro. "Embora alguns dos maiores compradores dessa lista sejam também grandes produtores, como é o caso da China e da Índia, o nosso modelo de produção é completamente diferente. Total-



mente tecnificado, do plantio ao beneficiamento, com fazendas com capacidade de produção em larga escala e, principalmente, com atenção aos requisitos sociais, ambientais e econômicos, que fazem do país o maior fornecedor de algodão sustentável do mundo", explica o presidente da Abrapa.

Atualmente, 81% da safra de algodão brasileira são certificados pelo programa Algodão Brasileiro Sustentável (ABR) e 71% da produção nacional são licenciados pela Better Cotton Initiative (BCI), entidade internacional que atesta a sustentabilidade da cadeia da fibra. "Temos muita satisfação em dizer que o Brasil responde por mais de 25% de todo o algodão BCI no mercado global. Isso revela muito sobre quem somos e o compromisso que assumimos com esta e com as futuras gerações", afirma.

QUALIDADE, SUSTENTABILIDADE E RASTREABILIDADE

No roteiro da Missão Compradores 2017, os visitantes tiveram a oportunidade de conhecer, na teoria e na prática, os principais programas que a Abrapa empreende, com foco na qualidade (Standard Brasil HVI- SBRHVI), na rastreabilidade (Sistema Abrapa de Identificação - SAI) e na sustentabilidade, com o Algodão Brasileiro Responsável (ABR), que opera em benchmarking com a BCI. Uma das paradas do grupo foi no Centro Brasileiro de Referência em Análise de Algodão (CBRA), inaugurado em

2016, para servir de referência na padronização das análises de fibra por High Volume Instrument (HVI) para os laboratórios que atendem aos produtores de algodão.

CONFIANÇA

Para o presidente da Associação Nacional dos Exportadores de Algodão (Anea), Marco Antonio Aluisio, trazer consumidores estrangeiros para conhecer o modo brasileiro de produzir algodão muda completamente a perspectiva dos visitantes. "A maioria vem de países asiáticos, de produção familiar. O perfil da nossa cotonicultura é surpreendente para eles", diz. O objetivo da missão é garantir, segundo o presidente da Anea, que o algodão brasileiro passe a compor – ou aumente a sua participação – no blend que indústrias preparam para a fabricação dos seus produtos.

"Essa participação tem sido cada vez mais expressiva, ocupando parte de um espaço que era destinado, sobretudo, ao algodão americano ou australiano. Isso advém da confiança que o Brasil vem ganhando no mercado internacional como um fornecedor que tem não apenas escala e qualidade, mas regularidade na oferta", afirma Marco Antonio Aluisio, lembrando que as exportações brasileiras, que já oscilaram muito em volume, estão mais estáveis nos últimos anos. "A Missão Compradores, com certeza, é importante para abrir mercados, aumentar a credibilidade e reforçar a imagem do nosso algodão", conclui. (Ascom Abrapa)

Câmara Temática de Insumos Agropecuários apresenta proposta para modernizar a regulação de defensivos agrícolas no Brasil



Coordenada pela Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (Abrapa), a Câmara Temática de Insumos Agropecuários (CTIA), do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), encerrou com doze recomendações o estudo sobre a modernização do sistema regulatório de defensivos agrícolas no Brasil, insumos que hoje representam, em média, 42% dos custos de produção do algodão, e 21% da soja. As mudanças propostas ao modelo atual passam pela criação de um sistema eletrônico de informações que integre os três órgãos responsáveis pelo registro de defensivos no país, o Ministério da Agricultura, a Anvisa e o Ibama, alterações na legislação e o protagonismo do Mapa no processo, como instituição diretamente ligada à produção agrícola.

O dossiê é resultado de quase um ano de trabalho e foi entregue ontem (03/07) ao ministro da Agricultura, Blairo Maggi, para que possa balizar as decisões do Governo Brasileiro, sobretudo no que tange ao registro, que hoje demanda em torno de oito anos, para produtos novos, e seis para genéricos. O trabalho foi coordenado pela Abrapa, com a participação da Embrapa, Associação dos Produtores de Soja do Brasil (Aprosoja Brasil), Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para a Defesa Vegetal (Sindiveg), União dos Fabricantes Nacionais de Fitossanitários (Unifito), Confederação Nacional da Agricultura (CNA), Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Associação Brasileira do Agronegócio (Abag), Associação Nacional dos Distribuidores de Insumos Agrícolas e Veterinários (Andav) e Associação das Empresas Brasileiras de Controle Biológico (ABCBio).

“Em última instância, o que almejamos é aumentar a competitividade brasileira, que hoje é limitada por fatores como burocracia e falta de objetividade. Precisamos de uma revisão nas leis que regulam os defensivos, para que fiquemos em paridade com nossos concorrentes. Nestes, a média do tempo despendido entre a data do protocolo do pedido e o registro do produto é de três anos, metade do tempo que o Brasil gasta. Enquanto isso, nossa agricultura fica vulnerável, porque as pragas e doenças criam resistência aos princípios ativos quando esses permanecem em uso por tempo”, argumenta Júlio César Busato, vice-presidente da Abrapa e presidente da CTIA.

VULNERABILIDADE

Dentre as doenças que hoje mais preocupam os produtores de algodão, Busato cita a ramulária, mal específico do algodoeiro, presente em todos os países produtores, e

que chega a causar perdas de até 40% na produtividade das lavouras. “A ramulária sequer está inscrita na lista de prioridades de registro do Mapa. Os 70 produtos disponíveis no mercado já não são eficientes para combater o fungo, que adquiriu resistência aos princípios ativos”, alerta o presidente da CTIA, elencando também como preocupante a falta de novas moléculas para o combate da ferrugem asiática.

De acordo com o levantamento realizado pelo grupo de trabalho da CTIA, a cada ano, são protocolados no sistema 400 novos pedidos de registro pelas empresas fabricantes. Em 2016, desse total, apenas 277 foram registrados, sendo que, destes, somente cinco são produtos novos, que representam inovação para o controle de pragas e doenças. “O restante é composto por genéricos e dos chamados “técnicos”, que servirão de base para a formulação de novos produtos. O mesmo estudo aponta que o Brasil vai na contramão de alguns dos seus principais concorrentes, como Estados Unidos, Austrália, Argentina, Paraguai, Uruguai e Chile, nos quais um único órgão é responsável pelo registro e o sistema de avaliação é eletrônico”, ressalta o diretor executivo da Abrapa, Marcio Portocarrero, que coordenou os trabalhos do grupo.

USO EFICIENTE

Um dos entraves à modernização do processo de registro de defensivos agrícolas no país é agravado pelo desconhecimento do tema e pela propagação de informações sem embasamento científico, segundo o presidente da Abrapa, Arlindo Moura. “Muito se apregoa que o Brasil é o maior consumidor mundial de agrotóxicos, mas isso não é uma verdade absoluta. Um dos grandes ganhos desse trabalho da câmara temática foi analisar não o quanto o Brasil gasta por ano, em dólares, com defensivos, mas a eficácia desse uso, na relação entre a produção de alimento por quantidade de produto aplicado. Visto assim, o quadro muda completamente, e países como Holanda, Japão, Bélgica, França e Inglaterra, nessa ordem, são maiores consumidores que o Brasil”, explica Moura.

Segundo o estudo, o Brasil é ainda o país que produz mais quilos de alimentos para cada dólar investido em defensivos. São 142 Kg, contra 116 Kg na Argentina, 94 Kg nos Estados Unidos, 62 Kg na União Europeia e 8Kg no Japão. “É preciso ainda levar em consideração que somos um país de clima temperado, propício ao surgimento de diversas doenças e pragas. Não temos neve quebrando, por meses, o ciclo repro-

dução das pragas, e os transgênicos, que reduzem em muito o uso de defensivos por safra, são advento recente aqui. Simplesmente dizer que o Brasil é o maior consumidor mundial de agrotóxico é difundir um preconceito, e isso nunca é bom”, afirma Arlindo Moura.

RECOMENDAÇÕES

Abaixo, as medidas que, de acordo com o estudo realizado pela Câmara Temática de Insumos Agropecuários (CTIA) devem ser tomadas para modernizar o registro de defensivos e aumentar a competitividade da agricultura brasileira no mercado mundial:

- 1 Aperfeiçoamento da legislação brasileira baseando-se nas melhores práticas regulatórias dos outros Países de importância agrícola.
- 2 Sistema eletrônico integrado (Mapa x Anvisa x Ibama).
- 3 Aplicar medidas desburocratizantes onde for possível.
- 4 Aperfeiçoar os processos pós registro – Listas Positivas (embalagens, formuladores, componentes e outros)
- 5 Simplificação do Registro de produto idêntico (clone).
- 6 Buscar harmonizar o processo aos modelos mais eficientes utilizados em países de referência.
- 7 Parametrizar os critérios de avaliação dos três órgãos reguladores.
- 8 Melhorar a estrutura administrativa e contratar técnicos especialistas (convênios e ampliar unidades de avaliação virtual) para os órgãos de Registro.
- 9 Dar poder ao Mapa como órgão protagonista dos processos de registro de insumos agrícolas
- 10 Priorizar e dar legalidade aos registros de produtos importantes para a agricultura.
- 11 Estruturar um programa de “Phase in” para substituição de produtos retirados do mercado.
- 12 Combater o contrabando/pirataria.

CMN ajusta normas do Proagro para desburocratizar processos

O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou a resolução nº. 4.586 que ajusta normas do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro). De acordo com o Banco Central, as medidas visam a desburocratizar os processos para que os produtores possam contratar as garantias. Uma das medidas é a redução de cinco para dois os parâmetros de preços de referência para que os peritos calculem a cobertura do Proagro. Pela nova regra, o valor da produção obtida em empreendimento enquadrado no programa passa a ser calculado com base no maior dos preços entre as seguintes opções: preço de mercado divulgado por entidade idônea que realize pesquisa regional ou local, passível de verificação e de rastreamento pelo responsável pela perícia para determinar as perdas, ou preço constante da nota fiscal de venda da produção obtida.

“A consequência prática é a facilidade, hoje são cinco parâmetros que o perito tem que se utilizar para definir o valor que será pago para cobertura de perdas. A resolução diminui a burocracia. Perito e produtores terão mais facilidades para entender o cálculo da garantia”, explicou o chefe de gabinete da Diretoria de Organização do Sistema Financeiro e de Resolução do Banco Central, José Reynaldo Furlani.

A resolução também permite que produtores contratem e enquadrem no Proagro financiamentos para custeio de lavouras constantes da cesta de produtos hortícolas no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Outra mudança foi a redução de 6,5% para 3,5% a alíquota adicional (uma espécie de prêmio de risco) cobrada no Proagro para o cultivo de frutas temperadas (como ameixa, maçã, nectarina e pêssego) com estrutura de proteção para granizo. A resolução permite ainda que o início da vigência da cobertura do programa ocorra também a partir do recolhimento pela instituição financeira do adicional à conta do Proagro. Hoje, a vigência começa quando é feito o débito da conta vinculada do mutuário. “Algumas instituições demoram para fazer o débito, mas o recolhimento do adicional ao Banco Central é feito em 1 ou 2 dias. O que o CMN permite agora é que pode ser qualquer uma das duas datas, o que ocorrer primeiro”, explicou Furlani.

Outra resolução aprovada pelo CMN, de nº 4.587, ajustou procedimentos das instituições financeiras na contratação de operações de crédito rural. A mudança atribui às instituições a responsabilidade de fornecer aos mutuários, no momento da contratação das operações, informações sobre as regras do crédito rural, incluindo conceito de ano agrícola, limites de financia-



mento permitidos, obrigações relacionadas com a destinação dos recursos obtidos e consequências da aplicação dos recursos em finalidade diversa da prevista.

POLÍTICA DE GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS

O CMN também aprovou ajustes no Manual de Crédito Rural (MCR), com o objetivo de adequar as regras operacionais às novas condições de financiamento definidas no Plano Agrícola e Pecuário (Plano Safra) 2017/2018, que valem a partir de 1º de julho de 2017. A resolução inclui a simplificação da pauta de produtos da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM).

“Com isso, os produtos excluídos da PGPM serão transferidos para as tabelas com preços de referência para fins de estocagem ao amparo do FEE (Financiamento Especial para Estocagem de Produtos Agropecuários não integrantes da PGPM)”, diz a resolução.

A mudança, informa o Ministério da Fazenda, não acarretará impacto nas políticas de crédito rural. Segundo a resolução, em ambos os casos, os preços de referência auxiliam o produtor rural na obtenção de recursos junto às instituições financeiras que possibilitem a comercialização dos seus produtos em melhores condições de mer-

cado. A decisão de hoje também criou uma seção específica com normas operacionais referentes ao crédito de industrialização. Outra resolução do CMN ajustou regras do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e do Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF) a serem aplicadas a partir de 1º de julho de 2017.

A norma define os novos preços garantidores que servirão de base para a concessão do bônus de desconto do programa para o ano agrícola 2017/2018. “A garantia do PGPAF ocorre na forma de bônus de desconto concedido na parcela do financiamento e corresponde à diferença porcentual entre os preços de garantia, definidos anualmente para cada produto, e os preços médios de comercialização praticados no mercado no mês anterior ao do pagamento do financiamento”, diz a resolução. A norma também prevê a possibilidade de os beneficiários no Pronaf manterem empregados em número menor ou igual ao número de pessoas da família. Os termos vigentes atualmente permitiam a manutenção de empregados apenas em número menor do que a quantidade de integrantes da família, o que dificulta a contratação de mão de obra nos casos em que o agricultor exerce sozinho sua atividade. (Canal Rural)

CNA e IBGE ressaltam importância do Censo Agropecuário 2017



A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ressaltaram a necessidade de o produtor participar do Censo Agropecuário 2017 e responder corretamente as perguntas dos pesquisadores nas visitas aos estabelecimentos rurais.

O tema foi abordado pelo gerente do Censo Agropecuário, Antonio Florido, durante palestra na sede da CNA. Segundo ele, é fundamental a participação do produtor porque os dados fornecidos serão utilizados em futuras políticas públicas para a

agropecuária”.

Todos os estabelecimentos agropecuários do país – estimados em 5,3 milhões de propriedades pelo IBGE –, serão visitados por 18,8 mil recenseadores, do dia 1º de outubro de 2017 até 28 de fevereiro de 2018.

Os resultados preliminares serão divulgados entre março e abril de 2018. Florido reforçou que a “veracidade das informações fornecidas será fundamental para um diagnóstico correto” da situação da agropecuária. As informações prestadas pelo produtor são sigilosas. No questionário elaborado pelo IBGE estarão perguntas como o tipo de produção, as condi-

ções de plantio, infraestrutura e mão-de-obra empregada.

Ferramenta estratégica – O Superintendente Técnico da CNA, Bruno Lucchi, ressaltou que o Censo Agropecuário é a “principal ferramenta que baliza e define as estratégias para a adoção de programas essenciais ao crescimento do setor, fortalecendo a agricultura e a pecuária do país”.

A coleta dos dados será digital e, caso algum produtor não receba a visita do pesquisador, poderá procurar o Centro de Informações do IBGE de sua região e solicitar a presença de um recenseador no estabelecimento. (Ascom CNA)

CCT aprova projeto de banco de horas extras

O Sistema de compensação de jornada ou de horas tem o objetivo de regularizar questões trabalhistas do segmento rural



A Convenção Coletiva do Trabalho (CCT) 2017/2018 foi finalizada no último dia 11 de julho, durante uma reunião no auditório da Associação Baiana dos Produtores de Algodão (Abapa) com a participação de representantes dos Sindicatos dos Produtores Rurais de Barreiras, Formosa do Rio Preto e Luís Eduardo Magalhães e, dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR).

A partir do fechamento deste acordo, todo o segmento será beneficiado com a melhor gestão das horas extras através do banco de horas - um dos principais desafios dos últimos cinco anos para classe. O Sistema de Compensação de Horas de Trabalho será adotado entre as partes por 180 dias, as horas extras trabalhadas serão remuneradas com acréscimo de 50%, calculado sobre o valor da hora normal e as extraordinárias, trabalhadas em regime de compensação com proporção de uma hora trabalhada por uma hora compensada.

“Com a conquista desta CCT avançamos no relacionamento entre produtores e colaboradores do setor rural, para que possamos resolver questões trabalhistas com base em parâmetros legais, principalmente quando se tratar da gestão das compensações e remunerações das horas extras”, disse o negociador do Sindicato dos Produtores Rurais de Barreiras (SPRB), David Schmidt.

Na CCT foi definido, ainda, que a data base será mantida entre 01 de março de 2017 a fevereiro de 2018. O piso salarial da categoria foi reajustado para R\$1.030,00; para quem recebe até R\$ 2.872,74 haverá acréscimo de 7% e para quem recebe acima desse valor a negociação será livre entre empregado e empregador.

(Ascom SPRB)



Site de acesso:

www.sprb.org.br

Rua Manoel Fernandes dos Santos, 51 – Morada Nobre – Barreiras – BA, 47810-115 – (77) 3611-4299

Endereço Correios: AC Barreiras – Caixa Postal 0469 – Centro – Barreiras – BA, CEP 47800-970

